

Seminário de apresentação de resultados da Execução Orçamental até 2018 e Orçamento 2019

# Agricultura e Desenvolvimento Rural na Proposta de OE 2019

Rabia Aiuba e Thomas Selemane

Maputo, 17 de Julho de 2019



# Introdução

---

- A agricultura é definida pela Constituição da República de Moçambique (CRM) como base do desenvolvimento, e o meio rural tem sido referido nos discursos políticos como aquele que requer maior atenção de políticas.
- No entanto, as políticas públicas, com particular destaque para os Orçamentos do Estado (OE), não revelam o estabelecido na CRM nem nos discursos políticos.
- Esta apresentação analisa as dotações orçamentais à agricultura e desenvolvimento rural ao longo do quinquénio, 2015 a 2019.
- Ela levanta preocupações e avança algumas sugestões, indica que políticas estão por detrás das metas de dotação orçamental, debruça-se sobre a definição de produtos agrícolas prioritários, as zonas prioritárias, do sector familiar agrícola, os serviços de sanidade animal e, por último, a questão da capacitação técnica a nível local.

# Que política está por detrás do OE 2019? (1/4)

Quadro 1: Evolução das alocações orçamentais à agricultura e desenvolvimento rural 2015-2019 segundo Leis Orçamentais

Subsector	2015	2016 (proposta)	2016 Rev.	2017	2018	2019 (proposta)
<b>Agricultura e desenvolvimento rural</b> (milhões de MZN)	15.845,00	15.340,30	16.271,50	18.215,80	13.238,80	29.130,20
<b>Despesas totais (Ex. Encargos Gerais do Estado)</b> (mlhões de MZN)	196.608,50	207.525,00	204.304,10	209.893,20	232.246,10	263.912,70
<b>Proporção da agricultura e desenvolvimento rural nas despesas totais</b>	8%	7%	8%	9%	6%	11%

Fonte de dados: Leis Orçamentais 2015 a 2019 (proposta).

# Que política está por detrás do OE 2019?(2/4)

Quadro 2: Somatório das dotações orçamentais ao MASA e MITADER, nível central e provincial 2015-2019

Subsector	2015	2016	2016 Rev.	2017	2018	2019 (proposta)
<b>MASA + MITADER (e respectivos institutos) (milhões de MZN)</b>	8.751,34	8.018,21	7.342,62	10.105,12	7.265,98	20.708,67
<b>Despesas totais (Ex. Encargos Gerais do Estado) (milhões de MZN)</b>	196.608,50	207.525,00	204.304,10	209.893,20	232.246,10	263.912,70
<b>Proporção das dotações orçamentais ao MASA + MITADER nas despesas totais</b>	4%	4%	4%	5%	3%	8%

Fonte de dados: Leis Orçamentais 2015 a 2019 (proposta).

# Que política está por detrás do OE 2019?(3/4)

Quadro 3: Evolução da proporção das dotações orçamentais ao MASA e MITADER a nível central e provincial (Funcionamento e Investimento)

MASA + MITADER (e respectivos institutos)	2015	2016	2016 Rev.	2017	2018	2019 (proposta)
Proporção dotação orçamental (MASA+MITADER) <b>Nível central</b>	66%	61%	60%	77%	61%	86%
Proporção dotação orçamental (MASA+MITADER) <b>Nível provincial</b>	34%	39%	40%	23%	39%	14%

Fonte de dados: Leis Orçamentais 2015 a 2019 (proposta).

# Que política está por detrás do OE 2019?(4/4)

---

- Os dois primeiros quadros anteriores revelam dotações orçamentais diferentes para o sector da Agricultura e Desenvolvimento Agrário.
- Foi solicitada, ao Ministério da Economia e Finanças (MEF), a metodologia de cálculo do valor oficial. Não foi obtida uma resposta. Assume-se que ao orçamento a este sector se inclua o valor alocado às infra-estruturas, estradas, etc.
- Portanto, existe a necessidade de se definir o conceito de agricultura e desenvolvimento rural e estabelecer uma metodologia de cálculo do orçamento a este sector.
- A maior parte das dotações orçamentais estão a nível central.

# Secundarização do sector familiar (1/5)

---

- Através da análise dos PES e OEs, não foi possível verificar programas nem orçamentação para actividades fundamentais que proporcionam o aumento da produtividade, como seja a produção e transferência de tecnologias, através da investigação (*com base em projectos com financiamento externo*), extensão (*cobertura de extensionistas inferior a 30 anos anteriores*), formação e capacitação técnica dos produtores, extensionistas, dos recém formados e das associações para questões de natureza socioeconómica e de gestão.

# Secundarização do sector familiar (2/5)

---

- São pouco significativas as referências acerca da organização e incentivos para que o associativismo cresça no seio dos pequenos produtores.
- A previsão de contratação de profissionais na área de extensão agrária foi decrescente ao longo dos anos. Em 2017 previa-se a contratação de 390 extensionistas e em 2019, prevê-se a contratação de 283 extensionistas. Actualmente existem cerca de 1.400 extensionistas da rede pública de extensão rural e nos finais dos anos 90 existiam cerca de 629. A cobertura de extensionistas por produtor reduziu.

# Secundarização do sector familiar (3/5)

---

- A aposta do Governo no sector da agricultura e desenvolvimento rural é consistente com os anos anteriores na falta de priorização de produtos alimentares considerados essenciais.
- Por exemplo, na amostra de projectos de investimento previstos para 2019, apresentados no quadro a seguir, denota-se a forma difusa e vaga em que o OE tem sido apresentado, sendo difícil identificar as prioridades.

# Secundarização do sector familiar (4/5)

Quadro 4: Amostra de projectos de investimento no sector da agricultura para 2019  
(milhões de MZN)

Título do projecto	Fundos externos	Fundos internos	Total
Fomento da cultura do caju	-	55,4	55,4
Produção de mudas	-	97,6	97,6
Tratamento químico de cajueiros	-	279,2	279,2
Apoio ao desenvolvimento agrário	-	263,9	263,9
Revitalização da cadeia de valor do algodão	-	53,9	53,9
Reabilitação/construção de regadios	-	14,4	14,4
Programa de extensão agrária (PNSA)	116,0	-	116,0
Projecto de desenvolvimento de cadeias de valor nos corredores de Mapuro e Limpopo (PROSUL)	500,6	-	500,6
Construção e reabilitação de infra-estruturas agrárias	-	20,8	20,8
Intensificar a produção de culturas alimentares	-	14,5	14,5
Combate ao amarelecimento letal do coqueiro	-	8,5	8,5

# Secundarização do sector familiar (5/5)

---

No período em análise:

- ✓ Aproximadamente 22% da PIB nacional é proveniente da produção agrária;
- ✓ O crédito ao sector agrícola variou dos 3% aos 4% do total do crédito à economia moçambicana;
- ✓ O investimento aprovado ao sector da agricultura/agroindústria corresponde a cerca de 6% do investimento nacional;
- ✓ As dotações orçamentais de investimento para o sector agrário representam, em média, cerca de 4% do PIB agrário.

# Como inverter a secundarização da agricultura? (1/3)

---

- Para inverter a secundarização da agricultura é necessário que o Poder assumira realmente o princípio constitucional, elaborando e fazendo cumprir uma política agrária explícita, ajustada e estável, com instituições de gestão profissional, que sejam eficazes e eficientes, e com maior afectação de recursos internos. Instituições democráticas que envolvam os agentes económicos nos processos de decisão e fiscalização e tenham capacidade de gerir conflitualidades à luz do Direito e em defesa dos direitos.
- É necessária uma política agrária que corresponda à promoção de um desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade e que seja independente dos interesses económicos e políticos conjunturais.

# Como inverter a secundarização da agricultura? (2/3)

- Os PES devem estar reflectidos nos orçamentos por acções concretas e recursos específicos direccionados para promover iniciativas dos agricultores de pequena escala, particularmente jovens e mulheres, focalizando nas componentes do orçamento agrário que, quando implementadas, terão impacto directo neste grupo alvo, como por exemplo:
  - (i) Apoio directo à produção;
  - (ii) Serviços de investigação e extensão agrária e rural;
  - (iii) Sistemas de irrigação de média e pequena escala;
  - (iv) Microcrédito e serviços financeiros rurais;
  - (v) Gestão pós-colheita;
  - (vi) Segurança de uso e posse de terra, entre outros.

# Como inverter a secundarização da agricultura? (3/3)

---

- Deve ser dada particular atenção à agricultura camponesa e as opções das práticas agro-ecológicas associadas, para o alcance da soberania alimentar.
- Os serviços de extensão rural devem integrar uma componente de capacitação técnica, em sociologia, e de gestão do associativismo dos camponeses para permitir melhoria das técnicas de produção, de forma sustentável, evitando a contínua dependência dos camponeses aos extensionistas.

# Recomendações

---

- Aumentar o orçamento ao sector de acordo com a declaração de Maputo.
- Alocar o orçamento à agricultura e desenvolvimento rural às actividades directamente ligadas à produção e incentivos.
- Aumentar a transparência no OE, sobretudo no que respeita a sua execução.
- Aumentar a alocação dos recursos orçamentais para o nível local.

**Obrigada pela atenção**

---

[www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)